

EDUCAÇÃO DO CAMPO: POLÍTICAS PÚBLICAS E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

Edenir Kelin,(PG - Dom Bosco), ede_kelin@hotmail.com
 Marinalva Borges Ferreira,(PG -Dom Bosco), maripechim@hotmail.com
 Leonir Borges, (OR- Instituto Dimensão), leonir_borges@hotmail.com

RESUMO: Este artigo pretende abordar as transformações ocorridas no campo nas últimas décadas, analisando a Educação do Campo, no Campo e para o Campo, bem como, discutir as políticas públicas de governo dentro deste contexto, e as práticas pedagógicas desenvolvidas e qual o seu papel para a Educação do Campo. A urgência da Educação do Campo surge da necessidade das contradições do modelo de desenvolvimento vigente no país. Dessa forma, a realidade que se teme a exclusão, a expropriação, os movimentos sociais e a busca por uma educação que atenda suas necessidades, resgate as suas identidades com o campo e que venha de encontro aos interesses socioculturais, econômicos, educacionais da população que habita no campo. E no campo pedagógico, as estratégias de ensino impactam positivamente a comunidade assistida? Este processo educacional ajuda a amenizar o quadro de problemas da educação rural? Este modelo difere das outras propostas educativas em quais pontos? Quais questões são abordadas através do processo de constituição deste trabalho que acompanha a realidade escolar da educação rural na escola.

PALAVRAS-CHAVE: *Educação do campo; Políticas públicas; Práticas pedagógicas.*

INTRODUÇÃO

Este tema foi escolhido devido ao contato com questões relativas à educação do campo, a minha formação inicial de pedagogo, pela importância crescente que o movimento de luta pela terra toma a cada dia e, principalmente, pelo rumo que as questões sobre o contexto educacional rural tomam progressivamente. O presente trabalho se iniciou desencadeado pelo interesse e curiosidade construídos no decorrer do contato com as questões referentes à terra, educação rural, políticas públicas e principalmente as questões pedagógicas que se propõe a acompanhar o processo de ensino e aprendizagem, retratando as estratégias de ensino, as dificuldades, necessidades e facilidades dentro deste contexto educacional. A contribuição dos instrumentos pedagógicos contribui para a interdisciplinaridade e na interação entre os alunos escola e comunidade, o que facilita a aprendizagem. Tudo isso é possível ser constatado e articulado dentro da Escola de Campo com um trabalho diferenciado, que tem um grande significado para os educandos/as e suas famílias, porque liga Escola e Comunidade, valoriza e fortalece a cultura camponesa. A trajetória histórica da educação oferecida à população camponesa, marcada pela precariedade,atraso, insignificância, instiga-nos a refletir sobre as práticas pedagógicas nas escolas do campo. Adota-se o pressuposto dos fenômenos educativos como aspecto amplo e processual dos grupos humanos, e busca compreender a relação recíproca entre sujeitos do campo e as práticas educativas cotidianas das escolas do campo.

CONTEXTO HISTÓRICO-POLÍTICO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Apesar de a Educação do Campo ser marcada, ao longo do tempo, pelo desprezo, e pela atuação tardia e descontínua dos poderes públicos, ela começa a ser visualizada e tratada nas políticas públicas de meados do século XX.

Na LDB, Lei nº. 9.394/96, no art. 28 inciso I, observa-se certa preocupação sobre o oferecimento da educação nas escolas rurais, prevendo a adaptação dos conteúdos e ideologias às reais necessidades e interesses dos educandos das escolas do campo:

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I – Conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural. (BRASIL, nº. 9.394/96, art. 28, inciso I).

O Plano Nacional de Educação – PNE, aprovado em 1998, propõem que as escolas do campo devem receber atenção e tratamento diferenciado, assegurando que o ensino básico chegue a todos.

A escola rural requer um tratamento diferenciado, pois a oferta de ensino fundamental precisa chegar a todos os recantos do País e a ampliação da oferta de quatro séries regulares em substituição às classes isoladas unidocentes é meta a ser perseguida, consideradas as peculiaridades regionais e a sazonalidade. (BRASIL, PNE, 1998).

Estas conquistas nas políticas públicas são acompanhadas pelos movimentos e organizações de trabalhadores rurais do campo. Estes/as participam destas políticas fazendo proposições e apresentando exemplos, práticas de como deve ser a educação dos povos do campo. Por isso, surge nesse contexto um novo jeito de lutar e de pensar a educação para os brasileiros que trabalha no campo e vive do campo.

Esse novo jeito de pensar a educação é fruto de uma nova identidade cunhada pelos movimentos sociais de trabalhadores e trabalhadoras do campo;

De modo geral, a identidade pode ser definida ou se caracteriza pela posição na qual os sujeitos se colocam ou são colocados sob o olhar da sociedade. A identidade de um determinado grupo resulta desta forma, tanto da maneira como o grupo vê, simboliza e discursa sobre si, quanto da maneira como a sociedade vê, simboliza e discursa sobre o grupo (COSTA, 2004, p. 185).

Segundo Arroyo (1999), a educação rural ignorada e marginalizada está mostrando seu novo rosto, o verdadeiro, não a caricatura tão repetida que reduz a educação à escolinha rural, à professora desqualificada, às massas de analfabetos. Uma visão preconceituosa que os educadores rurais vão desconstruindo à medida em que postula uma Educação do Campo.

Segundo Molina (2004), esta educação considera o campo e sua gente, seu modo de vida, de organização do trabalho e do espaço geográfico, suas identidades culturais, preocupando-se com a educação do conjunto da população trabalhadora e com a formação humana.

Outra conquista, originada pelas lutas e organizações do povo do campo na construção da Educação do Campo, foi a elaboração das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (Parecer nº 6/2001 e Resolução nº 1 //2002 do Conselho Nacional de Educação), publicada no Diário Oficial da União em 9 de abril de 2002.

Este documento, na seção 1, p.32, mostra-nos que a identidade da escola do campo é definida a partir dos sujeitos sociais a quem se destina: agricultores/ os familiares, assalariados/ os assentados/ os ribeirinhos, caiçaras, extrativistas, pescadores, indígenas, remanescentes de quilombos, enfim, todos os povos do campo brasileiro.

O termo “educação” abrange um contexto muito amplo no qual existe um processo de desenvolvimento que engloba o ato de ensinar e aprender. É também algo menos tangível, mas mais profundo: construção do conhecimento, bom julgamento e sabedoria. A educação tem nos seus objetivos fundamentais a passagem da cultura de geração para geração. O termo “rural” ou as “zonas rurais” (ou o meio rural, ou campo) designa as regiões no município não classificadas como zona urbana ou zona de Expansão Urbana, não urbanizáveis ou destinadas à limitação do crescimento urbano, utilizadas em atividades agropecuárias, agro-industriais, extrativismo, silvicultura, e conservação ambiental.

Portanto ao utilizar o termo educação do campo, estamos tratando de um processo de escolarização desenvolvido nas zonas rurais. Quando discutimos esse conceito, vemos um sistema composto por fragmentos da educação urbana introduzida no meio rural, na maioria das vezes precário na sua estrutura e funcionamento.

Vemos uma instituição escolar que passa valores de uma ideologia urbana que subordina a vida e o homem do campo. As políticas e projetos de educação rural que visavam a permanência e manutenção do homem nas zonas rurais não foram efetivos e as razões disso têm a ver não somente com o processo de modernização imposto ao desenvolvimento brasileiro, mas também com a própria função das instituições escolares que não possuem o direito de definir a conservação e manutenção da população nas zonas rurais.

É preciso definir uma política pública de educação do campo como dimensão de uma política nacional, de forma que o campo seja concebido não como um estado provisório de vida que se organiza à luz do paradigma urbano mas como espaço próprio de vida e produção de conhecimento, em que o modo de a população produzir as condições de existência é fundamental para a definição de uma política pública de educação.

Isso não significa compartimentar, mas exigir uma nova concepção de campo, na qual o urbano não se sobreponha ao rural, mas com ele se articule constituindo a vida nacional e também uma política de financiamento e formação de professores, na qual o novo entendimento do campo surge de uma presença e não da ausência do urbano, como habitualmente acontece.

Devemos pensar o campo a partir do campo, no contexto de um país que não realizará a justiça social se não promover o reencontro entre cidade e campo, tecendo a relação entre os dois com base no princípio da justiça social. Desta forma, compreende-se que a escola rural, enquanto instituição representativa do Estado – amparado nos interesses da política de acumulação progressivamente crescente de capital, bem como de manutenção da ordem social de acordo com estes interesses – assegura, conforme Althusser (1985), a perpetuação das regras, dos bons costumes, isto é o comportamento que todo agente da divisão do trabalho deve observar.

Neste sentido, a escola rural pode ser compreendida como um aparelho ideológico do Estado na medida em que difunde saberes que enquadram os sujeitos do campo de acordo com a função que exercem no processo de produção no campo, difundindo idéias, concepções, gostos, crenças e categorias do conhecimento alheios à história, aos anseios e às necessidades do trabalhador do campo. Portanto observa-se que:

É através da aprendizagem de alguns saberes práticos envolvidos na inculcação massiva da ideologia da classe dominante, que são em grande parte reproduzidas as relações de produção de uma formação social capitalista, isto é, as relações de explorados com exploradores e de exploradores com explorados (ALTHUSSER, 1985).

Enquanto elemento fundamental na consecução da ação educativa, o educador – conforme a ótica do Estado capitalista – é compreendida como um dos principais difusores desta ideologia dominante. Portanto, a sua formação vem a ser enquadrada na lógica acima descrita, sendo amparadas propostas descontextualizadas em discordância com a realidade que a circunda.

Diante destes fatos, observa-se que se faz fundamental para a elaboração de alternativas transformadoras da realidade a compreensão da escola enquanto um instrumento utilizado pelo Estado

para tornar hegemônica a ideologia da classe dominante e para garantir a acomodação dos sujeitos diante seus interesses.

Assim como se faz fundamental o reconhecimento dos desafios gerados pela imposição de políticas educacionais descontextualizadas e o acirramento dos conflitos pela questão da terra e da educação, elementos que têm norteado o processo de reorganização das lutas sociais camponesas no Brasil.

Concepções e Práticas Pedagógicas da Educação do Campo

A sociedade em suas diferentes esferas, sofrem transformações e a educação, na medida do possível incorpora essas mudanças e lida com seus resíduos, de forma que ao retomar a linha histórica, consegue-se identificar a trajetória, o modelo e o estado da arte, assim como nos indagar sobre que projeto de educação e seu sentido frente a este contexto.

Neste sentido, pensar a educação do campo torna-se um desafio ainda maior, frente a esta complexidade e por não termos tido ainda nenhuma tradição e atenção para a categoria juventude rural e suas demandas e sua preparação para um futuro diferente daquele pensado para as massas e para dar conta das demandas estabelecidas pelo sistema capitalista.

De acordo com Caldart (2004), no sistema de ensino brasileiro, podemos afirmar, com pouca margem de erro, que a educação foi pensada para dar conta das demandas urbanas. Somente há pouco tempo tem havido algum movimento para que possamos ter transformações mais significativas que as instituídos pelas Constituição e Lei de Diretrizes e Bases – Lei 9.394/96.

A educação só veio a se consolidar como uma demanda dos segmentos populares com a intensificação do processo de industrialização e a transferência da mão-de-obra dos setores tradicionais para o moderno, a partir de 1930. Nessa época se esboçam alguns movimentos em defesa da escola pública, gratuita e laica, com as responsabilidades da escolaridade assumidas pelo Estado. O processo de modernização que viria a se implantar exigia também pessoas qualificadas para algumas coisas.

De acordo com Pinheiro (2007), a partir de 1930, a concepção de educação do campo se configura em um conjunto de políticas com definições elaboradas para este atendimento. No histórico da legalidade educacional, um dos primeiros tratamentos de maior abrangência ocorreu na Constituição de 1934, quando os Pioneiros da Escola Nova que representaram uma nova relação de forças oriundas pelo conjunto de insatisfações de setores intelectuais, cafeicultores, classe média e até massas populares urbanas se instalaram na sociedade solicitando reformas educacionais.

Esse paradigma de educação e ideologização tem sustentado o capitalismo e influenciado o pensamento humano de diversas gerações, consolidando a supremacia de um poder dominante, pela via de submissão, presente em diferentes espaços no qual a escola – lugar do saber/conhecimento sistematizado - é um destes. Mas, evidentemente, as populações do campo têm procurado resistir a certas situações de dominação, através de lutas organizadas em movimentos sociais que, ao longo do tempo tem fortalecido os trabalhadores, provocando ações que obrigam os governos brasileiros a implementar alguns apelos dos trabalhadores do campo dentro do cenário das políticas públicas.

Para Arroyo(1999), definir o conceito de educação do campo relaciona-se com uma postura político-pedagógica crítica, dialética, dialógica, postulando uma formação "técnica e política" de sujeitos politicamente conscientes, com uma visão humanizadora que valoriza o sujeito através de sua identidade cultural e compreende o trabalho como algo que dignifica o homem enquanto sujeito histórico e não enquanto objeto ou coisa.

A proposta é pensar a educação do campo como processo de construção de um projeto de educação dos trabalhadores do campo gestado desde o ponto de vista dos camponeses e da trajetória de lutas de suas organizações.

De acordo com Freire (1996), neste contexto a educação do campo surge como um direito dos povos do campo e com um projeto vinculado às lutas pelo acesso à terra. Esta proposta de educação vem atrelada às lutas pelos direitos básicos, pelos direitos da agricultura familiar e também vinculada a um novo projeto de campo e a um novo projeto de sociedade, e a educação precisa dar conta das especificidades deste projeto que apresenta uma filosofia que serve de contraponto ao agronegócio, destinado aos agricultores familiares, aos povos ribeirinhas, aos quilombolas, aos índios etc. É uma educação provenientes dos movimentos sociais, que se impõe à lógica do agrobusiness e valoriza a vida e a permanência das pessoas no campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho discuti as práticas pedagógicas nas escolas do campo e permitiu compreender que, apesar das dificuldades ainda presentes nesse contexto escolar, este é um lugar rico, de vida, que abriga sujeitos não mais com a tradicional visão do jeca tatu, mas sim, autônomos e participativos que promovem mudanças significativas. As trajetórias e experiências diversas dos educadores promovem um diferencial em suas práticas pedagógicas, quanto mais vivência no campo, mais afinidade com uma prática educacional favorável à Educação do Campo.

Ainda que se manifestem nesse espaço escolar rural ações caracterizadas por uma educação meramente rural, notamos, com a pesquisa, que a construção coletiva do PPP revela-se, uma

oportunidade fundamental para a construção de um novo olhar e a elaboração de novas práticas, que de fato valorize o sujeito do campo, respeitando-o como um ser capaz, e o seu espaço como algo vivo e pulsante. Por fim, acreditamos que este estudo possibilita refletir e discutir a Educação do Campo, contribuindo para significá-la, para fortalecer as lutas em busca de novas conquistas pela superação da injustiça, da desigualdade tão presente em nossa sociedade. Logo, inquietar-se é muito mais que acomodar-se.

A história confirma que as políticas educacionais voltadas para a realidade camponesa brasileira são construídas a partir de um contexto bem delineado das intenções políticas que regem o fortalecimento da estrutura social e produtiva capitalista no Brasil, no que se refere à formação humana dentro do processo produtivo, de modo a viabilizar as prioridades do capital. Percebe-se neste sentido, que a subjetividade, a história de lutas, a cultura e os anseios dos camponeses são ignorados, predominantemente, na construção das políticas educacionais. Confirmando assim, a utilização da educação enquanto um instrumento de elaboração e difusão de ideologias que garantem a hegemonia, a partir da qual uma classe dirigente e dominante consegue articular, persuadir impor sua direção e seus interesses às demais classes.

Sob esta lógica, pensar em um novo projeto de educação para a realidade camponesa é elaborar uma nova compreensão acerca da função da educação em uma sociedade crivada por contradições sociais marcantes, é deslocar o trabalhador camponês do papel de submissão para o papel de sujeito da sua história e é, acima de tudo, lutar por outra sociedade.

Desta forma, afirma-se que é preciso que um projeto transformador de educação do campo e de formação de educadores esteja diretamente relacionado a um projeto transformador de sociedade. Caso contrário, toda ação não passaria de reforma de questões específicas de uma realidade contraditória, corrigindo um detalhe defeituoso da ordem estabelecida, de forma que sejam mantidas intactas as determinações estruturais fundamentais da sociedade como um todo.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzalez. Prefácio. In. KOLLING, Edgar Jorge. (Orgs). **Por uma educação básica do campo**. Fundação Universidade de Brasília, 1999.

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. **Diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo**. Resolução CNE/CEB Nº 1. Brasília: 2002.

_____, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira** – LDB de 20 de dezembro de 1996.

_____, MEC. **Plano Nacional de Educação**. Brasília – DF. Congresso Nacional 1998.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2000.

_____, Roseli Salete. **Elementos para Construção do Projeto Político e Pedagógico da Educação do Campo**. In. MOLINA, Mônica, JESUS, Sônia. (Orgs). Contribuições para a construção de um Projeto de Educação do Campo, nº 5. Brasília, DF: Articulação Nacional

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. 18ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MOLINA, Mônica, JESUS, Sônia. (Orgs). **Contribuições para a construção de um Projeto de Educação do Campo**, nº 5. Brasília, DF: Articulação Nacional Por uma Educação do Campo, 2004.